

COMISSÃO DA CÂMARA APROVA PROJETO DE HILDO ROCHA QUE AMPLIA MINHA CASA, MINHA VIDA PARA MORADORES DE PEQUENAS CIDADES

Posted on 17/04/2026 by Minuto Barra



Segundo Hildo Rocha, existem desigualdades profundas no acesso à moradia popular, sobretudo fora dos grandes centros que precisam ser corrigidos, principalmente na aplicação de recursos destinados a construção de moradias urbanas.

Category: [Notícias](#)

MINUTO BARRA

A Comissão de Desenvolvimento Urbano aprovou projeto do deputado Hildo Rocha (MDB) que busca corrigir distorções históricas na distribuição das políticas habitacionais no país, com foco em um atendimento maior do que o atual em municípios de pequeno porte no Minha Casa Minha Vida, na área urbana.

A proposta surge em meio a críticas recorrentes ao modelo atual, frequentemente apontado por privilegiar grandes centros urbanos e atender, prioritariamente, aos interesses de grandes incorporadoras. Ao defender a matéria, o parlamentar destacou o apoio recebido durante a tramitação e o caráter estruturante da iniciativa.

Segundo Hildo Rocha, existem desigualdades profundas no acesso à moradia popular, sobretudo fora dos grandes centros que precisam ser corrigidos, principalmente na aplicação de recursos destinados a construção de moradias urbanas.

“Tendo em vista a minha experiência municipal e depois no Ministério das Cidades, eu pude perceber que há distorções em relação a municípios que deixam de receber benefícios habitacionais nas áreas urbanas em função do seu tamanho habitacional”.

O deputado criticou o modelo que considera o déficit habitacional apenas em nível estadual, desconsiderando a realidade específica dos municípios prejudicando os pequenos municípios.

MINUTO BARRA



DEP. HILDO ROCHA | MDB-MA

Discussão e votação de propostas legislativas

Comissão de Desenvolvimento Urbano

“Não se leva em conta o déficit habitacional municipal, se leva em consideração o déficit habitacional estadual para o planejamento de implantação de empreendimentos habitacionais”. Na avaliação do parlamentar, esse modelo reforça desigualdades regionais e concentra investimentos onde há maior retorno econômico para o setor imobiliário. “Geralmente, o interesse das grandes incorporadoras é construir nas grandes cidades, nas médias e grandes cidades.”

Como consequência, cidades pequenas acabam excluídas das políticas públicas de habitação, o que dificulta o acesso da população local a programas sociais. “Com isso, ficando os municípios sem a exposição do seu déficit, torna difícil o município pequeno receber benefício para construção de habitações e moradias populares.”

O cenário, segundo Rocha, contribui diretamente para o aumento da migração interna e para o inchaço dos grandes centros urbanos. “O que faz com que haja muita migração, muita migração de famílias de município pequeno para municípios maiores, porque lá existe a oferta de casas populares.”

Ele também ressaltou que a limitação não se restringe às faixas mais baixas do programa, atingindo diferentes perfis de renda. “Não falo só do Faixa 1, eu falo também do Faixa 2 e Faixa 3. Os municípios menores não têm essa oportunidade justamente por falta de dados estatísticos do

MINUTO BARRA

déficit habitacional municipal.”

O projeto que foi aprovado propõe uma mudança de critério considerada estratégica: a inclusão do déficit habitacional municipal como base para a distribuição de recursos federais. “Então, aqui o que nós estamos querendo é que a política habitacional leve em consideração o déficit habitacional municipal, e não apenas o déficit estadual.”

Para o deputado, a medida representa um avanço na democratização do acesso à moradia e no combate às desigualdades territoriais. “É uma mudança pequena, mas de grande significância e de grande resultado para a população brasileira.”